

## TÃO LONGE, TÃO PERTO: ALCANCES E LIMITAÇÕES DO E-GOV NO ÂMBITO DA GESTÃO MUNICIPAL

Adriana Mendes de Araújo  
Aluna do 7º período do curso Ciência da  
Informação da Pontifícia Universidade Católica de  
Minas Gerais, bolsista do programa FIP/PUC  
Minas.  
[adriana.araujo@gmail.com](mailto:adriana.araujo@gmail.com)

Leandra Gonçalves  
Aluna do 7º período do curso Ciência da  
Informação da Pontifícia Universidade Católica de  
Minas Gerais, bolsista do programa PIBIC – CNPq.  
[leandra\\_ci@yahoo.com.br](mailto:leandra_ci@yahoo.com.br)

Ana Maria Pereira Cardoso  
Doutora em Ciências pela USP, coordenadora do  
curso de Ciência da Informação da Pontifícia  
Universidade Católica de Minas Gerais.  
[anacard@pucminas.br](mailto:anacard@pucminas.br)

Juliana do Couto Bemfica  
Doutora em Ciência da Informação pela UFMG,  
pesquisadora da Empresa de Informática e  
Informação do Município de Belo Horizonte.  
[bemfica@fea.fumec.br](mailto:bemfica@fea.fumec.br)

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre governo eletrônico (*e-gov*), seus alcances e limitações, nos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte. O objetivo foi verificar a viabilidade dos portais eletrônicos municipais como instrumentos potenciais para o aumento da participação social nas decisões político-administrativas. Analisa o fornecimento de informações e serviços, via internet, nos portais estudados e relata os resultados de entrevistas realizadas com administradores públicos responsáveis por essas iniciativas. Discute os limites e potencialidades do *e-gov* a partir das análises realizadas e destaca que, na maioria dos casos, não existe infra-estrutura organizacional para a implantação e manutenção de *e-gov* em âmbito municipal. Verifica, também, a escassez de enfoques que priorizem, nestas iniciativas, a democracia participativa, a cultura local e a prestação de serviços.

**Abstract:** This paper presents the results of a research on electronic government (*e-gov*), its reach and limitations in the districts of the metropolitan area of Belo Horizonte, Brazil. The aim was to verify the viability of municipal web sites as potential instruments for increase the social participation in government decisions. An analysis of the information and services provided, via web, in the studied sites and the results of interviews made with the public managers responsible by its maintenance is reported. The discussion of the limits and potentialities of *e-gov* based on the obtained results points out that, usually, there is no organizational infrastructure to establish and keep the *e-gov* in municipal districts. A lack of actions that give precedence, in these enterprises, to participative democracy, local culture and rendered services is verified.

**Palavras-chave:** Acesso virtual; Portais municipais; Informação governamental; Governo eletrônico; Modernização de gestão pública.

## 1 INTRODUÇÃO

Significativas mudanças na forma de disponibilizar informação governamental têm sido chamadas de governo eletrônico, ou *e-gov*, o qual, segundo suas definições, poderia ocasionar uma maior participação popular nas decisões políticas e, conseqüentemente, uma sociedade mais democrática.

Segundo Akutsu e Pinho (2002) “a internet, ao permitir o acesso a informações disponibilizadas pelos órgãos públicos a partir de qualquer lugar do mundo, 24 horas por dia, pode ser um dos instrumentos mais eficazes para a construção de uma democracia mais efetiva” (p. 729).

Para que as informações e serviços disponíveis na internet tenham como referência a construção de uma sociedade mais democrática, o *e-gov* deve expressar “uma estratégia pela qual o aparelho do Estado faz uso das novas tecnologias para oferecer à sociedade melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais, garantindo maiores oportunidades de participação social no processo democrático” (VILELLA, 2003)

Além disso, o *e-gov* tem sido apresentado como um benefício para o cidadão, como colocado por Akutsu e Pinho (2002):

Um dos pressupostos da teoria da sociedade da informação é que o advento de novas TI's, ao possibilitar o acesso a informação a um maior número de pessoas, com rapidez e menor custo, não somente aumentaria a oferta de bens de produção, como também diminuiria os conflitos sociais, ao permitir aos cidadãos melhor acesso às informações acerca da gestão dos administradores públicos, permitindo-lhes acompanhar as administrações, avaliar e escolher melhor seus governantes. (p. 726)

Outro argumento que fortalece a implementação do *e-gov* é sua utilização como ferramenta fundamental para administração de um município, devido à maior facilidade de gerenciamento da informação, através do meio eletrônico.

A pesquisa aqui relatada pretendeu analisar e comparar os acessos virtuais governamentais dos municípios que integram a região metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista identificar o quadro mínimo de ações informacionais requeridas para o provimento de informações básicas para o planejamento e gestão de serviços públicos.

## 2 METODOLOGIA

Os procedimentos para a realização da pesquisa podem ser divididos em quatro fases não seqüenciais, a saber: uma primeira de estudos preliminares, outra de definição de amostra e coleta de dados, uma terceira de tratamento e análise dos dados e, por fim, a discussão dos resultados.

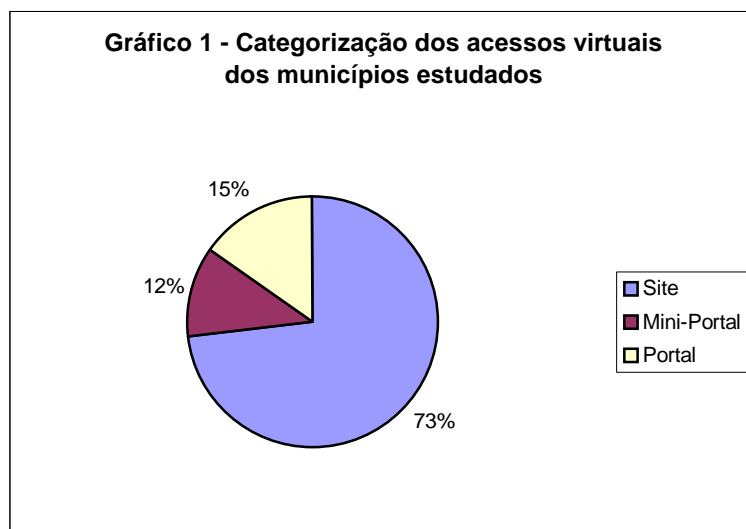
Os estudos preliminares envolveram análise da literatura, compreensão dos conceitos relacionados à pesquisa e o mapeamento de iniciativas de governo eletrônico. Estes estudos antecederam a fase de definição da amostra e coleta dos dados.

Como universo de pesquisa foram selecionados os 26 municípios que integram a região metropolitana de Belo Horizonte, tal como definida pela Fundação João Pinheiro<sup>i</sup> para suas pesquisas de emprego/desemprego. São eles: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo e Vespasiano. A localização destes municípios pode ser vista no Mapa 1.



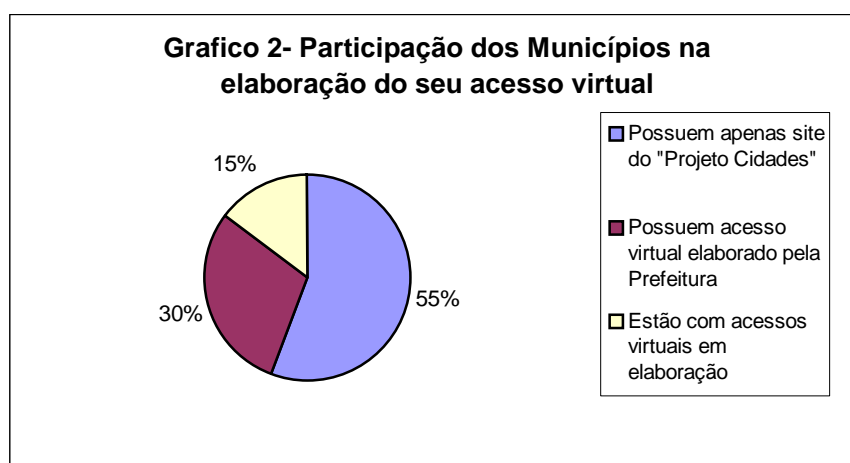
- Portal: conjunto de *sites* interdependentes; uma porta de entrada virtual para uma organização (pública ou privada).
- Mini-portal: portal de menores dimensões.

Em termos de ocorrência, a distribuição dos acessos virtuais pode ser visualizada no Gráfico 1:



Após a identificação destas categorias, procedeu-se a uma avaliação, com base em critérios indicados na literatura, para qualificar o acesso virtual das prefeituras municipais. Essa avaliação visou identificar o nível de abrangência dos conteúdos informacionais bem como as funcionalidades tecnológicas e usabilidade, capazes de assegurar, maior e mais fácil acesso à informação.

O Gráfico 2, a seguir, apresenta a distribuição dos municípios conforme sua participação na elaboração do acesso virtual.



Nessa etapa da pesquisa, um novo recorte se fez necessário. Dessa vez foram destacados apenas os municípios cujos acessos virtuais não fossem unicamente os integrados ao Projeto Cidades. com o objetivo de verificar suas especificidades. Foram

identificados 12 municípios, a saber: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibitaré, Juatuba, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

O passo seguinte foi estabelecer um contato direto nestes municípios com vistas ao aprofundamento de investigação. Foi realizado um contato preliminar, via *e-mail*, com estas prefeituras com a finalidade de identificar os setores responsáveis pelo provimento e gestão dos recursos informacionais presentes na internet.

O resultado apontou para a diversidade de situações. Em alguns casos, cabia ao setor de informática a responsabilidade pelo provimento de conteúdo, divulgação das informações e definição das etapas relacionadas ao provimento dos recursos tecnológicos necessários ao acesso virtual. Em outros, o setor de comunicação social era o responsável pela elaboração e gerenciamento do conteúdo originário de outros setores. Também foi encontrada a situação em que a definição do conteúdo a ser disponibilizado estava sob o comando direto do gabinete do prefeito.

Em fins de 2004 buscou-se fazer contatos com as equipes das prefeituras para realização de entrevistas e aprofundamento da análise. Entretanto, esbarrou-se com uma dificuldade: o baixo retorno dos setores contactados (talvez em função do calendário político, já que os meses de dezembro/2004 e janeiro/2005 coincidiram com mudanças no Executivo Municipal).

Apenas em um dos municípios, houve concordância em realizar a entrevista (posteriormente foi constatado tratar-se de uma prefeitura com grau elevado de organização dos recursos informacionais).

Os primeiros meses de 2005 foram dedicados à observação das alterações nos acessos virtuais sob análise, procurando-se verificar, especificamente, a ocorrência de alterações significativas nas informações disponibilizadas e em seu formato, em função das mudanças na política municipal.

Em maio de 2005 foram retomados os contatos com as prefeituras para continuar o processo de coleta de dados através de entrevistas. Entre maio e junho foi possível agendar entrevistas com quatro municípios, dentre aqueles onde ainda não havia sido realiza-las. Assim, o aprofundamento baseado em entrevistas acabou se restringindo aos municípios de Lagoa Santa, Nova Lima, Contagem, Ibitaré e Vespasiano.

No que se refere ao município de Belo Horizonte, os dados coletados através do acesso virtual e das informações obtidas no e-mail de resposta encaminhado pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura evidenciaram grande disparidade de recursos em relação aos demais municípios pesquisados, o que permitiu dispensar a entrevista de aprofundamento.

A retomada das entrevistas foi considerada importante a partir da premissa de que os primeiros meses de governo teriam sido necessários para a reorganização das equipes municipais, após a posse de novos prefeitos.

Cabe destacar que uma das dificuldades encontradas para o agendamento das entrevistas foi a ausência de um setor/pessoa explícita e formalmente responsável pelo acesso virtual dos municípios.

Paralelamente a estas atividades foi dado seguimento à revisão de literatura com vistas a ampliar os conhecimentos e permitir uma análise mais detalhada dos fatos observados.

Ao mesmo tempo, no processo de coleta de dados, evidenciou-se a necessidade de um contato com as instâncias do governo do estado de Minas Gerais envolvidos nas iniciativas de *e-gov* (a saber, a Prodemge e a Superintendência Central de Governança

Eletrônica – SCGE – da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão – SEPLAG) uma vez que, como já foi dito, para boa parte dos municípios o acesso virtual restringiu-se à página disponibilizada por esta esfera de governo.

### 3 RESULTADOS

O monitoramento dos acessos virtuais foi uma das formas de análise utilizadas. Os dados assim obtidos foram analisados segundo lista de requisitos elaborada com base na literatura estudada (CAÑAVATE & MORENO, 2001, NIELSEN, 2000, VILELLA, 2003), a partir de sua relevância para o provimento de informação. Essa lista incluiu as seguintes dimensões: 1 - abrangência e propósito, 2 - conteúdo, 3 - planejamento visual/gráfico (*webdesign*), 4 - funcionalidade, 5 - localização da informação, 6 - democracia *on-line*, 7 - tramitações e procedimentos administrativos, 8 - elementos da *homepage* e 9 - disponibilização de documentos em formato PDF.

Durante a realização da pesquisa observou-se alta volatilidade das informações governamentais disponíveis na internet. Em função disto, considerou-se necessário demarcar dois períodos de observação. O primeiro (setembro a dezembro/2004) anterior à mudança na gestão municipal; o segundo (janeiro a julho/2005) após a posse dos novos prefeitos. Deve ser destacada a aparente inércia que acometeu as prefeituras no interstício entre o período eleitoral e a posse dos eleitos. Alguns *sites* foram desativados enquanto outros, que se mantiveram, deixaram de ser atualizados.

Por outro lado, as mudanças observadas entre os dois períodos permitem apontar um aumento da preocupação das prefeituras com o *e-gov*. Tal constatação foi confirmada pelas entrevistas realizadas, que evidenciaram, na maioria das situações, a intenção de aprimorar a apresentação do visual dos *sites*, de redesenhar a estrutura informacional, de renovar e atualizar os conteúdos disponibilizados e de modernizar a infra-estrutura. Entretanto, ainda há muito a ser feito para o desenvolvimento de portais na esfera municipal.

Ao final da pesquisa foi possível estabelecer um enquadramento dos doze municípios que tiveram seus acessos virtuais analisados, em função das variáveis conteúdo informacional e infra-estrutura de serviços, cujos resultados são apresentados no Quadro 1, a seguir.

<b>Quadro 1- Categorização dos Municípios Pesquisados</b>			
<b>CONTEÚDO INFORMACIONAL →</b>	<b>Precário</b>	<b>Médio</b>	<b>Alto</b>
<b>INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS ↓</b>			
<b>Precário</b>	Pedro Leopoldo Vespasiano Rio Acima Nova Lima <sup>(*)</sup> Juatuba <sup>(**)</sup>		
<b>Médio</b>	Contagem Ibirité	Betim Lagoa Santa Sabará Santa Luzia	
<b>Alto</b>			Belo Horizonte

Como se pode observar, boa parte dos municípios que integram a região metropolitana de Belo Horizonte – um dos centros urbanos mais desenvolvidos no país – apresenta, ainda, precárias condições no que diz respeito, especialmente, ao seu conteúdo informacional. A situação agrava-se ainda mais se a estes resultados adicionarmos o fato de que a análise restringiu-se a 12 dos 26 municípios que integram a região.

Estes resultados permitem verificar o limitado alcance da política de *e-gov* em âmbito municipal. Entre as possíveis hipóteses explicativas, a escassez de recursos humanos e financeiros para elaboração e desenvolvimento dos acessos virtuais pode ser uma delas. Por sua vez, esta hipótese parece estar associada à própria ausência de demanda local por projetos de governo eletrônico. Os fatos encontrados fizeram emergir questões sobre o sentido de se investir nas ferramentas de *e-gov* em municipalidades onde a população consegue o contato direto com o prefeito ao cruzar com ele nas ruas, ou onde as repartições públicas encontram-se, muitas vezes, reunidas em um único edifício ou praça.

Em relação às entrevistas realizadas é importante destacar o baixo número de municípios nos quais foi possível agendá-las. De certa maneira, esse resultado demonstra baixa preocupação com o atendimento: foram encontradas situações em que os telefones ou *e-mails*, constantes dos portais para recepção de contatos, estavam desativados. Some-se a isso que, em alguns municípios, apesar de se ter conseguido estabelecer contato, não foi possível identificar o setor responsável pelo acesso virtual, o que inviabilizou a realização da entrevista.

Um aspecto digno de menção é a localização das equipes/setores responsáveis pela elaboração e/ou manutenção dos portais na estrutura organizacional das prefeituras que, como dito anteriormente, apresenta uma diversidade indicativa da concepção que a administração municipal tem acerca da função dos acessos virtuais: comunicação social, controle tributário, eficácia da gestão, estratégia política.

Na literatura estudada, a internet tem sido apregoada como uma oportunidade para os governos disponibilizarem serviços mais qualificados e baratos e também para os cidadãos participarem mais efetivamente das decisões governamentais. Contudo, na realidade, este instrumento de transparência esbarra em noções arraigadas culturalmente e destacadas por Akutsu e Pinho (2002) como o patrimonialismo, ou seja, a “*inexistência de limites claros entre o público e o privado, e a utilização do Estado pelo governante para se apropriar de oportunidades*”, a ausência de *accountability* (transparência e prestação de contas das ações do Estado para seu controle pela sociedade) como prática governamental e a prevalência da democracia delegativa, em que “*o povo- tutelado- outorga plenos poderes a seu governante máximo, que passa a ser seu tutor*” (p. 729-733).

Outro aspecto destacado como condicionante das ações de governo eletrônico é a sua visão centrada na própria burocracia, ao invés de estar centrada nos destinatários (TESORO, 2005). Na visão deste autor, em países afetados por estados de anomia (incoerência ética, precariedade institucional, insegurança jurídica, parasitismo corporativo e desagregação social) “*a expressão governo eletrônico aparece mais como uma metáfora artificial e extemporânea do que como suporte a expectativas de maior transparência e melhor prestação de contas á sociedade*” (p.74)

No caso dos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, os resultados observados nas entrevistas reafirmam tais comentários, como será detalhado a seguir:

No município de Lagoa Santa, o acesso virtual oferece informações sobre a história da cidade, dados físicos e econômicos, legislação, turismo e cultura, saúde e contas

públicas. Entretanto deixa a desejar em termos de prestação de serviços. A mudança de prefeito não significou qualquer mudança no acesso virtual. Como disse o responsável pelo setor de TI da prefeitura, *“o portal é um patrimônio da cidade. Os novos prefeitos não podem chegar aqui e mudar tudo a seu gosto”*. As entrevistas, tanto com o responsável pelo setor de TI como pelo de Comunicação Social permitiram saber que o orçamento municipal para 2005 não prevê recursos para o desenvolvimento do portal, embora, como afirmaram, haja um bom projeto. Os meios mais utilizados para a prefeitura prestar informações aos cidadãos são jornais, internet, telefone, faixas e cartazes e carro de som.

No município de Nova Lima, com a posse do novo prefeito, o acesso virtual foi retirado da *web*. Até então, ele era incipiente tanto em infra-estrutura como em prestação de serviços aos cidadãos, mas apresentava uma arquitetura informacional que indicava pretensões de ampliação e aprimoramento. Em entrevista, o secretário municipal de Comunicação declarou que o novo prefeito possui projeto para remodelar o acesso virtual do município: *“Há uma equipe de informação que está fazendo uma leitura de todas as questões de informatização interna do município. Isso está sendo feito para que se possa, a partir disso criar um conselho de informação que vá suprir o site com informações atualizadas”*. Ele afirmou também que o orçamento de 2005 tem previsão de recursos para o desenvolvimento do acesso virtual, embora não tenha apresentado qualquer projeto nem informado quanto seria investido. Ao ser perguntado quais informações a prefeitura iria oferecer para os cidadãos, respondeu: *“Tudo. Vamos fazer uma prefeitura virtual”*. Em que pese ter afirmado, à época, que o portal estaria no ar novamente dentro de 45 dias, até o término desta pesquisa, transcorridos quatro meses desde a entrevista, tal fato não ocorreu.

No município de Contagem, com a posse da nova prefeita, o acesso virtual foi retirado da *web*. Até então, podia ser observado que eram precários tanto o conjunto de informações disponibilizadas (limitado a contas públicas) quanto a prestação de serviços e a infra-estrutura tecnológica. O novo acesso passou a apresentar notícias, diário oficial, informações sobre responsabilidade fiscal e a permitir *download* do código tributário. Como foi informado durante a entrevista com o responsável pelo setor de Modernização, o projeto da prefeitura para este novo acesso virtual pretende ampliar os recursos informacionais e tecnológicos de forma a torná-lo compatível com os requisitos de um portal de *e-gov*: *“A idéia que temos do governo eletrônico hoje é aquilo que vemos em âmbito nacional; é uma ferramenta de comunicação muito importante e vai ser ligada ao gabinete da prefeita, assim como no governo federal, e envolveria a comunicação e o planejamento. A idéia é que se resolva tudo através da internet; mas governo eletrônico é mais que internet: vamos ter a intranet e a extranet para relação com a comunidade usuária de internet”*. O programa da prefeita eleita contempla a área de TI: *“o discurso da prefeita cita transparência e a democratização da informação, que está ligada à tecnologia da informação e comunicação”*.

No município de Ibité não houve mudança de prefeito, mas o acesso virtual mudou em maio/2005. Até então, a única informação disponível era sobre concursos públicos. Conforme afirmado na entrevista com o responsável pelo setor de TI, o novo acesso virtual deve oferecer maior funcionalidade e usabilidade: *“a administração está se conscientizando do papel da área de TI”*. Contudo, observou-se que o caminho para isso ainda está para ser percorrido. O atual acesso virtual apresenta vários *links* não ativos e as informações sobre as contas públicas são publicadas em *site* privado. Cabe destacar ainda, que o provimento, no *site*, de informações sobre as licitações municipais foram disponibilizadas para atender à demanda de fornecedores, na sua maioria, externos ao município. Como comentado na



entrevista: *“hoje, o site atende mais às pessoas que não são do município de Ibitaré. São os fornecedores e licitantes de Belo Horizonte e outros municípios que fazem acesso mais intenso do site”*.

No município de Vespasiano, também houve troca de prefeito. O acesso virtual apresenta novo *layout* desde maio de 2005. No entanto, ainda continua tão precário quanto antes em termos de infra-estrutura, informações e disponibilização de serviços. A entrevista com a assessora de imprensa do município permitiu saber que não há qualquer projeto específico para o acesso virtual. Entre os motivos apresentados estão a falta de recursos financeiros e de informações intersetoriais: *“Todo o gasto referente ao portal foi direcionado à assessoria de imprensa e ainda não há definição da aplicabilidade dos recursos e nem de onde virão esses recursos. A gestão atual herdou muitas dívidas da anterior o que não permite gastos, pelo menos por enquanto. (...) Estamos fazendo um experimento com este portal. Ainda não temos nenhuma base ou projeto, pois não temos informações suficientes do município ou das secretarias da prefeitura”*.

As alterações observadas pelo monitoramento dos acessos virtuais, assim como os depoimentos colhidos nas entrevistas, demonstram a inexistência de projetos de governo eletrônico que ultrapassem os limites estritos de uma gestão, com os prejuízos, problemas e atrasos decorrentes da descontinuidade das ações. Este fato corrobora as observações de Tesoro (2005) que apontam para o caráter “fundacional” de cada gestão que, ao assumir a administração municipal, desqualifica e ignora as iniciativas anteriores.

Ao entrevistar o responsável pela Superintendência Central de Governança Eletrônica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, pode-se perceber a distância entre as possibilidades da internet e as restrições estruturais da administração pública. Esta Superintendência define diretrizes, normas e regulamentos a serem utilizados pelos órgãos do governo de Minas Gerais e realiza o planejamento das atividades de tecnologia da informação que vão ter um impacto direto e indireto das ações de governo. A Superintendência tem interesse em utilizar os mecanismos de TI para aumentar a eficiência do governo e a participação do cidadão. Entretanto, eles ainda estão no início desse processo: *“De forma geral, as iniciativas dentro do governo são de visão fraca de governança<sup>iii</sup>, ou seja, um balcão de serviços on line. Nós estamos falando de participação do cidadão, mas ainda não o chamamos para participar da agenda de definição de governo eletrônico. Colocamos serviços que achamos importantes no site. Mas, será que o cidadão acha que esses serviços são importantes?”*.

Para o entrevistado, o Estado auxilia os municípios no cumprimento da lei de publicar as contas públicas na internet porque oferece novas diretrizes, apoio e suporte. Mas, segundo ele, *“ainda são incipientes os mecanismos oferecidos pelo governo para que os municípios possam ter a estrutura necessária para utilizar a TI para redução de custos e aumento da transparência. (...) A Prodemge presta serviços aos municípios, mas ao fazer isso ela cobra por esses serviços. Se o município não tiver recursos financeiros e orçamentários para isso, ele vai ter problemas. A Prodemge ajuda, mas como empresa”*.

A situação observada remete a questões acerca da capacidade local do município em atender aos requisitos de governo eletrônico, dependente, por definição, de competência técnica, de infraestrutura tecnológica, de organização social e de uma cultura de responsabilidade e transparência do governante frente à sociedade, bem como acerca do papel dos órgãos estaduais e federais na liderança e apoio a estas iniciativas.

#### 4 APONTAMENTOS FINAIS

Apesar das dificuldades financeiras descritas pelos entrevistados, nota-se alguma melhora na qualidade do conteúdo informacional disponibilizado, na infra-estrutura e na interface dos acessos virtuais, entre setembro/2004 e julho/2005. Na verdade, pode ser percebido que a cultura do *e-gov* está, paulatinamente, penetrando a administração municipal, ainda que matizada pelos fatores limitantes como os descritos por Akutsu e Pinho (2002) e por Tesoro (2005).

Considerando-se serem os municípios grandes prestadores de serviços públicos, a ampliação da prestação de serviços via *web* tende a ser de grande utilidade para os municípios e para as administrações municipais, podendo contribuir, inclusive, para a redução de gastos. As observações e entrevistas apontam, no entanto, que esta percepção não é generalizada: a utilização dos *web sites* pelas prefeituras contempla principalmente as definições legais (publicação de contas públicas) e/ou a divulgação dos atos dos prefeitos e secretários municipais, ou seja, a comunicação segue a via única descendente, como ficou constatado pela falta de respostas às mensagens de contato com as equipes responsáveis.

Por outro lado, também não se deve considerar o governo eletrônico apenas como um balcão de serviços. No sentido forte do termo governança o que se espera é que possa servir como um instrumento adicional para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, contribuindo para a organização da sociedade e para o aprimoramento dos mecanismos de gestão pública.

Nesse sentido, concorda-se com Tesoro (2005), para quem o pleno desenvolvimento do governo eletrônico não requer apenas o uso das tecnologias, mas também a mudança de valores dos representantes e servidores, e da cultura, tanto na gestão pública como na sociedade, em relação às pessoas e seus direitos e à ética republicana.

Para concluir, considera-se que a efetiva implementação de iniciativas de *e-gov* e, por via de consequência, a possibilidade de sua utilização como ferramenta para a administração municipal e como fonte de informações básicas para planejamento e gestão municipal, depende da mobilização e da articulação dos atores políticos no sentido pressionarem por esta modalidade de política pública.

#### REFERÊNCIAS

ATLAS Geográfico do Brasil. Editora Melhoramentos. Disponível em: <<http://biblioteca.uol.com.br/atlas/regmet.htm?BHZ>>. Acesso em 15 abr. 2005.

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antônio Gomes de. **Sociedade da Informação, Accountability e Democracia Delegativa; investigação em portais de governo no Brasil**. Campinas, Anpad, 2002.

BARBOSA, E.F., NUNES, E.M., SENA, N.K. *Web sites governamentais, uma esplanada a parte*. **Ciência da Informação**. Brasília, v.29, n.1, p.118-125, jan/abr.2000.

CAÑAVATE, A. M; MORENO, A. V. *Gestión de la información administrativa de las administraciones locales españolas en internet: presencia institucional en la red*. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 24, n. 2, p. 162, 2001.

FINQUELIEVICH, S.; BAUMANN, P.; JARA, A. *Las tecnologías de información y comunicación en el desarrollo local: gobierno electrónico y redes ciudadanas*. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. V.1,n.2, p.13-26. Mar. 2001.

FREY, K. *Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento*. **IP: Revista de Informática Pública**.v.3,n.1, maio 2001.p.31-48. Disponível em <[www.ip.pbh.gov.br/revista0301/ip0301frey.pdf](http://www.ip.pbh.gov.br/revista0301/ip0301frey.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2005.

JARDIM, J.M; MARCONDES,C.H. *Políticas de informação governamental: a construção de governo eletrônico na administração federal do Brasil*. **DataGram Zero – Revista de Ciência da Informação**, v.4,n.2, abr.2003. Disponível em <[http://www.dgzero.org/out00/art\\_02.html](http://www.dgzero.org/out00/art_02.html)> Acesso em 02 fev. 2005.

NIELSEN, Jakob. *Projetando websites*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RUA, M.G.; CARVALHO, M.I.V. “Análise de políticas públicas: conceitos básicos”. In: \_\_. *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUEDIGER, Marco Aurélio. *Governança democrática na era da informação*. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, v. 37, n.6 , p. 1257-1280, nov./dez. 2003.

TESORO. José Luis. *Probidad, gobierno electrónico y modernización de la gestión pública en Iberoamérica: inferencias empíricas*. **Nueva Sociedad**, Caracas, v. 195, p.72-87, 2005.

VILELLA, Renata Moutinho. *Conteúdo, usabilidade e funcionalidade: três dimensões para a avaliação de portais estaduais de governo eletrônico na web*. 2003 enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

## NOTAS

<sup>i</sup> Cabe destacar que há outras delimitações para a região metropolitana de Belo Horizonte, entre elas a utilizada pela Copasa, a da BHtrans e, ainda, a do Instituto Horizontes. Isso se deve ao fato de que, a partir da Constituição de 1988 essa figura – Região Metropolitana – deixou de ter sentido administrativo com o reconhecimento da autonomia municipal.

<sup>ii</sup> Endereço eletrônico do acesso virtual na internet. Ex: [www.rioacima.mg.gov.br](http://www.rioacima.mg.gov.br)

<sup>3</sup> Este projeto ofereceu um acesso virtual aos municípios do estado de Minas Gerais, com dados padronizados, ficando a critério do município desenvolver outros conteúdos e modificar o layout das páginas.

<sup>4</sup> A Prodemge é também responsável pelo controle e fornecimento dos domínios “.mg.gov.br”.

<sup>5</sup> A página não foi considerada uma categoria de acesso virtual. É a presença na internet que não tem amplitude nem profundidade, sendo unitemática. Esta definição de página é operacional e tem a finalidade de possibilitar uma definição para o *site*.

<sup>(\*)</sup> É importante salientar que este município foi enquadrado neste estágio devido ao fato de estar em reformulação e, neste momento, apresentar baixo nível de conteúdo informacional e de infra-estrutura funcional.

<sup>(\*\*)</sup> Idem nota anterior.

<sup>iii</sup> As noções de “governança forte” e “governança fraca” são tratadas por FREY (2001).